



<https://doi.org/10.51880/ho.v25i1.1222>



# Nina, uma sobrevivente: a história oral como abordagem para a reflexão sobre violência de gênero em contextos rurais

Márcia de Fátima de Moraes\*

ORCID iD 0000-0001-6802-8403

Prefeitura Municipal de Lagoão, Secretaria de Educação, Lagoão, Brasil

Natalia Pietra Méndez\*

ORCID iD 0000-0001-5521-2500

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de História, Porto Alegre, Brasil

**Resumo:** O artigo analisa as relações entre gênero, violência e memória através da narrativa construída por uma mulher de 68 anos, trabalhadora rural do município de Lagoão, interior do Rio Grande do Sul, Brasil. De forma espontânea, sem que o tema fizesse parte de algum roteiro prévio da entrevista, Nina rememorou as situações de violência doméstica ocorridas em seu primeiro casamento, situado entre o final dos anos 1960 e os anos 1990. São memórias marcadas pelo sofrimento, tema ainda pouco visível na historiografia (Farge, 2011). Através da história oral é possível vislumbrar o modo como Nina elabora esse passado de violências, bem como seus modos de enfrentamento e resistências. O artigo busca, através das memórias individuais, discutir um problema de alto impacto social, considerando que a violência de gênero constitui uma guerra contra as mulheres, resultante da organização patriarcal das sociedades latino-americanas.

**Palavras-chave:** Violência de gênero. Meio rural. História oral. Memória.

---

\* Mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora de História na Prefeitura Municipal de Lagoão (RS). E-mail: marciamoraesfa@gmail.com.

\* Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Professora do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória), Núcleo UFRGS. E-mail: npietramendez@gmail.com.

### **Nina, a survivor: oral history as an approach to a reflection about gender violence in rural contexts**

**Abstract:** This article analyzes the relations between gender, violence and memory through a narrative constructed by a 68-year-old woman, a rural worker in a city called Lagoão, located in the countryside of Rio Grande do Sul, Brazil. In a spontaneous way, without mentioning the theme or even preparing a previous script for the interview, Nina remembered situations of domestic violence in her life that occurred during her first marriage, between the late 1960s and the 1990s. They are memories marked by suffering, a theme still barely visible in historiography (Farge, 2011). Through oral history it is possible to glimpse how our protagonist Nina works through this past of violence, as well as these ways of coping and resistance. The article thus seeks, through individual memories, to discuss a problem of high social impact, considering that gender violence constitutes a real war against women, resulting from the patriarchal organization of Latin American societies.

**Keywords:** Gender Violence. Countryside. Oral History. Memory.

## **Introdução**

Este artigo, construído a quatro mãos, nasceu a partir de uma entrevista para uma pesquisa de mestrado sobre história oral de mulheres em contexto rural. A pesquisa não tinha como foco trabalhar com o tema da violência de gênero. Porém, como costuma ocorrer quando enveredamos na história oral, o tema surgiu na entrevista com Nina, uma das entrevistadas. Diante das suas palavras, passamos a nos debruçar sobre o que ela queria nos dizer com aquele relato. Percebemos que se tratava de uma fonte valiosa para discutir as relações entre gênero, violência e memória. Nesse sentido, a história oral se apresentou como uma abordagem potente para descortinar as marcas da violência de gênero na trajetória de Nina e, através dela, refletir sobre como as formas de violência se fizeram e se fazem presentes na vida de mulheres em contextos rurais.

Na pesquisa em questão, foram entrevistadas mulheres trabalhadoras rurais a fim de entender como os marcadores de identidade, enquanto mulheres rurais, se apresentavam nos discursos das entrevistadas. É em meio às memórias da vida familiar, do trabalho agrícola e das privações comuns às populações rurais, que Nina inicia um relato minucioso sobre as situações de violência de gênero vividas em seu primeiro casamento. O impacto que as memórias desses episódios geram em si são nitidamente perceptíveis: seu entusiasmo se perde, a voz torna-se mais lenta e o olhar se entristece.

Nina, na época da primeira entrevista (ano de 2018), estava com 68 anos. Trabalhadora rural aposentada, é moradora do município de Lagoão, região central do estado do Rio Grande do Sul, distante cerca de 236 km da capital Porto Alegre, e que possui uma população de cerca de 6.500 habitantes. Ao todo foram realizadas duas entrevistas com Nina, a outra em 2019, contabilizando cerca de 3 horas e 30 minutos de gravação, que foram transcritas e depois analisadas. No decurso desse tempo foi possível acompanhar as mudanças na vida de Nina e o impacto destas em sua narrativa.

No primeiro encontro, ela residia no núcleo urbano do município, com uma população próxima aos 3.000 habitantes. No segundo, a recente viuvez do segundo casamento a obrigou a voltar a morar na área rural, na propriedade de uma de suas filhas.

Nina se identifica como “alemã” por ter a pele branca, cabelos e olhos claros, embora não existam evidências de tal descendência em sua família. O trabalho ganha um aspecto central em sua narrativa, colocando este como fator responsável por não ter frequentado a escola e, por conseguinte, não ter aprendido a ler e a escrever. Ela se casou com 17 anos com um homem escolhido pelo pai, tendo vivido cerca de três décadas com o marido. Teve cinco filhos (dois homens e três mulheres). Um dos homens já é falecido e uma das filhas acabou falecendo poucos dias antes do parto, após um acidente, enquanto Nina trabalhava na lavoura.

O fato de não serem proprietários das terras em que plantavam fazia com que a família de Nina dependesse das terras de outros.

E daí o pai plantava lá na terra dele. Nós plantava lá de súcia na terra dele, trabalhava de peão para um lado e para outro. [...] Não podemos estudar na escola, porque ele dizia que tinha que trabalhar pra poder comer. Aí nós trabalhava e plantava mandioca, batata, arroz, tudo que era coisa de comida, né, pra comer. Naquele tempo tinha que plantar o trigo para moer e fazer o pão para poder comer. (Vanina da Rosa Neves, 2018).

Nina relembra que era necessário estabelecer uma relação de “súcia”<sup>1</sup> com o fazendeiro local. Este, ao ser detentor de grandes lotes de terras, fornecia um pequeno lote para cada família, com a finalidade de que os resultados da colheita fossem divididos com ele. Depois de casada foi possível a aquisição de um pequeno lote, porém, este não garantia o sustento da família, surgindo a necessidade de vender a mão de obra para outros vizinhos em troca de produtos, como animais de pequeno porte e banha de porco.

A partir desses relatos, Nina nos apresenta um rural perpassado pelas privações econômicas e esquecido pelo Estado ao pontuar a ausência de atendimentos essenciais como saúde, energia elétrica e condições de saneamento básico: “Uma vez eu tive que pegar o João pra trazer pro hospital, que eu era casada, eu tive que pegar e vender três sacos de feijão preto pra ele pra vir ali pagar a ficha [médica]. De primeiro era assim: pagar a ficha ali, pra mim poder ter a ficha para atenderem o guri; que o guri dava

---

<sup>1</sup> Entende-se “súcia” como um modelo de parceria para o uso da terra, na qual um proprietário destina uma parte de seu lote para outro indivíduo ou família produzir e viver. No final da safra, os lucros da colheita são divididos, assim como os custos envolvidos na produção. Tal sistema de produção esteve em maior uso, na região onde Nina vive no estado do Rio Grande do Sul, até a implementação de políticas públicas para o financiamento de compra de terras por agricultores sem ou com pouca terra, tal como o Programa Nacional de Crédito Fundiário (Banco da Terra). Atualmente, o sistema da súcia encontra-se em crescente desuso, uma vez que inúmeros fatores (falta de investimento estatal na agricultura familiar, sucessão rural, etc.) têm contribuído para a ampliação do modelo de arrendamento da terra.

ataque e estava ali por morto” (Vanina da Rosa Neves, 2018).

Essa ausência também era um aspecto de desproteção dessas mulheres rurais a respeito da violência de gênero, pois o patriarcado, como parte de uma estrutura de gênero que concentra o poder nos homens, se favorece em contextos rurais. Jornadas de trabalho extenuantes, isolamento, falta de apoio da comunidade, ausência de serviços públicos são alguns dos fatores que proporcionam situações de violência.

Diante disso, a narrativa de Nina sobre violência de gênero nos estimulou a explorar como essa problemática se desenrola em contextos rurais, tendo em vista que a produção no campo histórico sobre violência contra mulheres em cenários não urbanos ainda é incipiente, estando inserida sobretudo nas discussões das áreas da Saúde e Ciências Sociais (Costa *et al*, 2017; Martins, 2017; Assunção, 2019). Ademais, conforme analisado por Lola Venegas, Isabel Reverte e Margó Venegas (2019), independentemente da situação econômica, da idade ou do nível de educação, todas as mulheres estão expostas a violências, incluindo feminicídios. Nesse sentido, compreende-se a urgência na ampliação dos debates sobre o tema na esfera pública, acadêmica e política, uma vez que o Brasil figura no cenário internacional entre os países com maiores índices de violência contra a população feminina.

Conforme dados recentes do Atlas da Violência no Brasil de 2020, entre 2008 e 2018, o Brasil teve um aumento de 4,2% nos feminicídios. Apesar de 2018 ter apresentado uma tendência na redução da violência letal contra as mulheres em comparação aos dados de anos mais recentes, ao se considerar um período mais amplo, verifica-se que há um incremento nas taxas de homicídios femininos no país (IPEA, 2020). No caso do Rio Grande do Sul, os dados estão em consonância com o quadro brasileiro, pois, segundo o monitoramento dos indicadores contra as mulheres do estado nos termos da Lei Maria da Penha, em 2020 foram registrados 33.623 casos de ameaças, 18.910 de lesão corporal, 2.033 estupro, 318 tentativas de feminicídio e 80 casos de feminicídio consumado (Rio Grande do Sul, 2020).

Com uma população feminina próxima aos 3.000 habitantes, entre 2012 e 2016 foram registrados, em Lagoão, 74 casos de ameaças contra mulheres, 21 de lesão corporal, 4 estupro e nenhum registro de tentativa de feminicídio (Rio Grande do Sul, 2017). No entanto, cabe pontuar que a delegacia especializada em atendimento à mulher mais próxima ao município fica a cerca de 40 km, sendo a maior parte do trajeto de estrada de chão. Portanto, fatores como difícil acesso e distância, somados à estrutura patriarcal vigente, contribuem para que mulheres vítimas de violência não registrem suas ocorrências.

Posto isto, neste artigo pretendemos tratar da violência em cenários não urbanos a partir das memórias de Nina. Através das suas narrativas, propomos pensar como a história (e a história oral) podem contribuir para as discussões sobre esse tema sensível. Arlette Farge afirma que falar de violências é entrar em um terreno difícil para historiadoras/es, exige examinar acontecimentos e transmiti-los em sua “singular

rugosidade”. Para ela, “as falas singulares, as vozes únicas são frequentemente poeiras de palavras que nada - aparentemente - amarra ao tempo, a não ser, talvez, a narração do historiador quando faz delas sua matriz” (Farge, 2011, p. 11). Em direção semelhante, Marta Rovai e Naira Castelo Branco sugerem que a história oral “pode descortinar as subjetividades feridas e os silenciamentos que se encerram nos boletins e nas instituições e valorizar as ações corajosas daquelas mulheres que decidem - apesar dos obstáculos - testemunhar” (2017, p. 147). Joana Maria Pedro (2003) reflete que, na década de 1970, quando surgiu no Brasil, a história oral era empregada principalmente para “preencher lacunas” deixadas pelas fontes documentais, ou com fins de obter informações sobre os acontecimentos da esfera pública, recorrendo-se especialmente à memória masculina. Para a autora, o argumento central para isso era de que as mulheres não eram conhecedoras dos acontecimentos dessa esfera por não transitarem nela (Pedro, 2003).

Passadas cinco décadas, a história oral é considerada uma das mais importantes ferramentas de acesso a histórias de vida de mulheres para o trabalho historiográfico. Michelle Perrot (2005) argumenta que a história oral e a memória podem ser interpretadas como uma forma de subverter o silenciamento imposto às mulheres ao longo de séculos. Nessa perspectiva, Sílvia Salvatici chama a atenção para o fato de que tanto a história das mulheres quanto a história oral apresentam muitas similitudes durante seu processo de produção e desenvolvimento. Além de ambas serem fruto dos movimentos sociais e políticos da década de 1960, também tinham como objetivo inicial a ideia de um “resgate de uma história oculta” (Salvatici, 2005, p. 29), uma vez que a própria exclusão das mulheres em documentos escritos, considerados únicas fontes na produção histórica, resultou no questionamento de pesquisadoras sobre o conceito tradicional de História. Nesse sentido, a partir da historiadora estadunidense Sherna Berger Gluck, Salvatici enfatiza que o uso da história oral ampliou positivamente a pesquisa histórica, possibilitando a introdução de novos pontos de investigação, até então ignorados, como as atividades da esfera privada, as atividades domésticas e do cotidiano em geral. A autora acredita, assim, que o interesse em história de mulheres e de gênero com base nas memórias teve um aumento significativo nos últimos anos e desempenhou um papel fundamental na proposta de novos tópicos para a pesquisa histórica.

Partindo do pressuposto de que o ato de narrar consiste em um processo de elaboração, o próprio relato de Nina nos aponta para um potencial da entrevista em história oral. Alessandro Portelli reflete que a imprescindibilidade do indivíduo é enfatizada pelo fato de a história oral dizer respeito à versão do passado, ou seja, à memória. Mesmo estando moldada de diversas formas pelo meio social, o autor defende que o “ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais” (Portelli, 1997a, p. 16). Ainda conforme o autor, ao considerarmos a memória como um processo e não apenas como um depósito de dados, constata-se que, à semelhança da linguagem, a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizada ou

verbalizada pelos sujeitos.

Embora a violência de gênero tenha sido evocada apenas na narrativa de Nina, não significa que as demais mulheres entrevistadas não estiveram submetidas, em algum momento de suas vidas, ao uso da violência de seus companheiros ou parentes próximos. Relatar situações de violência não é algo simples, uma vez que esse trabalho de rememorar um passado de agressões pode despertar para sentimentos como medo, vergonha ou culpa. Desse modo, pode ocorrer que essas lembranças fiquem condicionadas aos silêncios e esquecimentos da memória (Pollak, 1989). Ademais, compreende-se como violência de gênero – além da física –, a psicológica, a moral e a patrimonial, de modo que nem sempre é perceptível aos olhos que algumas situações vividas foram abusivas.

Para atender aos objetivos da discussão, este artigo encontra-se dividido em três partes, além desta introdução. Na primeira, discutimos a violência de gênero em contextos rurais a partir do relato de Nina no primeiro casamento. Na segunda parte, as análises se concentram nas relações de gênero no meio rural, compreendendo os desafios enfrentados por Nina como mulher após a sua separação do primeiro marido e a pressão para um novo matrimônio. Na conclusão, é abordada a relação estabelecida pela entrevistada com esse passado de violência doméstica, sua busca por independência e a importância de sua história no tecer de uma história das mulheres que vem atravessando tempos e fronteiras.

### **“Pois daí foi que não deu mais nosso casamento”: violência de gênero no meio rural**

Para compreender o contexto de produção das entrevistas com Nina, e como as memórias das violências do primeiro casamento são evocadas, é necessário observar que não se trata de entrevistas de história oral desvinculadas das experiências pessoais e subjetivas da entrevistadora. A entrevistada não está confiando sua história para uma interlocutora desconhecida. Pelo contrário, está compartilhando suas memórias com uma entrevistadora mulher que nasceu e viveu parte da sua vida na mesma comunidade que ela. Portanto, embora não existisse uma convivência até então, pertencessem a gerações diferentes e com oportunidades educacionais distintas, há uma aproximação amparada na experiência entre entrevistada e entrevistadora. O fato de ambas serem mulheres e possuírem uma identificação com os modos de vida deste espaço rural contribuiu para construir uma relação de confiança no decorrer das entrevistas.

Assim, entre as cuias de chimarrão e os doces preparados por Nina, as entrevistas eram realizadas em um ambiente de hospitalidade, seja quando ainda vivia no núcleo urbano e quando suas gargalhadas ressoavam pelos cômodos da casa, seja quando o luto

pela perda recente do segundo marido e todos os seus consequentes desdobramentos tornaram sua voz e movimentos menos vívidos e alegres. Porém, como já foi dito na introdução, o tema da violência de gênero não fazia parte do itinerário elaborado para a entrevista. E quando este assunto surgiu, uma série de emoções tomaram conta da entrevistadora, ao se deparar com acontecimentos que envolviam pessoas da comunidade, das suas relações. Como menciona Regina Guimarães Neto, “ao trabalhar com a prática metodológica da história oral, as entrevistas aparecem para tornar mais complexa a cena viva” (Guimarães Neto, 2011, p. 68).

Nos debates teórico-metodológicos feministas, encontramos um instrumental capaz de nos auxiliar a dar conta das cenas que Nina apresentou em suas narrativas. Nesse sentido, a antropóloga Rita Laura Segato considera o patriarcado a estrutura de poder mais arcaica e permanente, presente em praticamente todas as culturas. No caso das sociedades resultantes do processo de modernidade/colonialidade, existia uma diferenciação de gênero e um patriarcado de baixa intensidade nas sociedades pré-intrusão. As características centrais do patriarcado de baixa intensidade seriam a existência de algum tipo de hierarquia oriunda do que, modernamente, costumamos chamar de “relações de gênero”, porém, que mantinham reciprocidade e, igualmente, uma possibilidade de transitoriedade entre gêneros. Conforme Segato, quando a colonialidade se aproxima às relações de gênero da aldeia, ela as modifica perigosamente, gerando um patriarcado de alta letalidade (Segato, 2016, p. 18-19).

As perspectivas decoloniais podem ser uma chave de leitura para compreender o quadro sócio-histórico no qual mulheres como Nina estão inseridas. Nos países da América Latina, há 500 anos os corpos femininos passaram a ser considerados objetos a partir dos quais se expressa um poder territorial masculino. Ou seja, os corpos femininos (e feminizados) são tratados como territórios a serem invadidos, conquistados e saqueados. É o que também nos lembra o estudo da historiadora Anne McClintock (2010), quando analisa que a metáfora feminina foi largamente utilizada, no século XVI, para representar os continentes. O empreendimento colonial foi construído, também, pelo gênero, adotando uma linguagem e perspectiva masculina para narrar essa história. É nessa longa história de invasão e expropriação que a violência de gênero se insere como uma peça fundamental do mandato da masculinidade “como primeira e permanente pedagogia de expropriação” (Segato, 2016, p. 16).

Nos contextos rurais brasileiros, longe dos grandes centros urbanos que, na segunda metade do século XX, foram palco dos movimentos feministas e de importantes avanços no reconhecimento aos direitos das mulheres, a violência era um elemento ainda mais presente nas relações familiares. Essa é uma história silenciada, mesmo pela história das mulheres, uma vez que esta área tem se dedicado mais a escrever sobre a história de movimentos coletivos ou personagens femininas que obtiveram algum relevo social em seu tempo. Aqui, nos propomos, através das memórias de Nina, a fazer uma aproximação com uma história possível da violência de gênero. Estamos de acordo

com Rovai e Castelo Branco quando as autoras sinalizam que a história oral contribui para que as mulheres possam compartilhar essas vivências dolorosas a partir de uma escuta atenta, que permita tornar públicos tanto o poder exercido pelos homens quanto a ação das mulheres que se dispõem a denunciar e narrar esses eventos.

As memórias de Nina contribuem para este propósito porque, sendo um tema que ainda permanece amuralhado aos acontecimentos da vida privada, sua narrativa permite desafiar as fronteiras de gênero. Cléria Botelho da Costa reflete sobre o potencial da narrativa ao afirmar que “[...] por trás de uma narrativa pode se esconder a imensidade e profundidade do oceano para o qual fluem temporalidades, valores, sabedoria, coragem, desigualdades, exclusões, entre outras tantas dimensões da vida” (Costa, 2014, p. 58). Ao contar sua história, Nina não segue uma ordem linear dos acontecimentos, sendo comum que a cronologia dos fatos se torne desconexa em alguns momentos. Porém, mesmo apresentando descontinuidades temporais, Nina relata com pormenores as violências que recorda ter vivido com o ex-marido, falecido após a separação do casal. Ela associa o comportamento dele ao alcoolismo e recorda a sobrecarga de trabalho, uma vez que os períodos de ausência ou alcoolizado faziam com que todo o labor agrícola recaísse sobre Nina e seus filhos. É notória em suas memórias a ausência do primeiro marido em momentos cruciais, como quando estava em trabalho de parto para ganhar uma de suas filhas. Nina relata que estava na roça quando iniciou o trabalho de parto, sofreu um acidente e passou mal:

**Entrevistadora** – O seu marido não veio [ao hospital]?

**Nina** – Não. Ele ficou em casa dormindo, passava bebendo.

**Entrevistadora** – Mas a senhora estava nos dias de ganhar a criança e estava na lavoura trabalhando?

A isso, somam-se as memórias das agressões contra ela e contra as filhas do casal:

[...] Quando ele chegava em casa [embriagado] bravo ainda e que daí ele queria fazer sexo com as próprias filhas! Pois daí foi o que não deu mais nosso casamento. Elas pegaram ele e deram uma tunda de laço essas duas, levaram ele por cima das mesas, por cima dos fogão e coice e soco. (Vanina da Rosa Neves, 2018).

Segundo a narradora, essas tentativas de abusos sexuais nunca chegaram a se efetivar, tanto porque ela se dedicou a evitar isso quanto devido às reações das filhas. A violência por parte do ex-marido seguiu em diferentes momentos, incluindo a oposição a namoros das moças com outros rapazes, acusando Nina de ser quem queria namorá-los. A partir dos relatos de Nina, percebe-se que havia uma tensão permanente nessa relação familiar, marcada por uma masculinidade altamente violenta contra as mulheres da família. Violência física, sexual e psicológica eram empregadas como tentativa de



apropriação dos corpos.

Entre os tantos episódios de violência, a entrevistada relata o acontecido na véspera do casamento de uma das filhas do casal, quando, ao voltar para casa alcoolizado, a cólera do marido ganhou maior perversidade. Esse relato traz uma dimensão do risco que pode representar, especialmente para as mulheres, o acesso facilitado a armas de fogo, algo que não é incomum em contextos rurais. Em suas palavras, Nina recordou que:

Primeiro ele puxou de um revólver que ele tinha, e eu falei: 'Pode meter!'. Peguei ele pra pegar o revólver. A filha da Nízia pensou que nós estávamos de brinquedo. [Ela disse:] 'Eu pensei que tivesse de brinquedo'. Aí eu falei: 'Não, nós não brincamos assim, a coisa era de sério'. Quando ele viu que eu ia chegar pra pegar o revólver, ele disse: 'Contigo eu vou na faca mesmo!' e me grudou [facadas]. (Vanina da Rosa Neves, 2018).

Novamente, temos a descrição de uma cena detalhada de violência, na qual a vida de Nina esteve sob risco. A passividade da vizinha e a aparente incompreensão, ao não perceber que se tratava de uma briga e não de uma brincadeira, possibilita pensar no desamparo vivido por muitas mulheres diante de situações de violência de gênero. Ao recordar estas cenas, Nina nos remete a outro aspecto que colabora para o entendimento do caráter estrutural da violência de gênero: as pressões familiares e comunitárias para seguir o casamento. Ao mesmo tempo em que pessoas da comunidade assistiam e procuravam minimizar situações de violência, havia esforços no sentido da manutenção da união, mesmo que esta fosse cercada por atos contínuos de violência. Outro aspecto é a culpabilização da mulher nessas situações, como pode ser exemplificado quando Nina recorda que após a separação, quando ela já estava morando no núcleo urbano do município, o ex-marido demonstrou um comportamento inadequado com a vizinha ao tentar adentrar na horta enquanto essa trabalhava sozinha, tendo esta o expulsado dizendo, nas palavras de Nina: 'Porque pensava que eu era a ruim [mas que na verdade] ele que era'.

Ainda sobre o trecho anterior, a entrevistada relembra que confrontou o marido agressor na cena de violência, mas em outros momentos de nossos encontros ressalta que se não fosse a bebida e o fato dele não a ajudar a trabalhar teriam seguido o casamento.

Pois se ele estivesse vivo e não tivesse 'loqueando', bebendo demais, estava vivendo junto até hoje, como eu disse. Mas é que ele pegou a beber e a brigar, aí a gente não aguentava ele, daí se espalhamos. Eu tinha que fazer a minha vida e ele a vida dele. Mas daí ele morreu, né? (Vanina da Rosa Neves, 2019).

A partir dessa fala, temos a impressão de que Nina relembra dos eventos com ambiguidade, ora enfatizando sua resistência e não aceitação da violência, ora buscando justificar a conduta do ex-marido a partir do alcoolismo. Ela credita as condutas

agressoras e a falta de colaboração com o trabalho à bebida (sendo esta o problema central). Portanto, há um intento de elaborar uma narrativa capaz de dar sentido às diversas situações de violência sofridas por ela e por suas filhas. “A bebida” é apontada como causa dos erros que tiveram como desfecho o fim do casamento.

Podemos também pensar que a narrativa de Nina enfatiza o abuso do álcool e a falta de colaboração no trabalho porque configuravam elementos capazes de justificar o fim do matrimônio aos olhos da comunidade. O Código Civil de 1916 (em vigor de 1917 até 2003) permitia a possibilidade de anulação do casamento em algumas circunstâncias, entre elas, o que era chamado de um “erro essencial”. No inciso I do artigo 219, dizia que a anulação poderia ser requerida quando houvesse erro de “identidade do outro cônjuge, sua honra e boa fama, sendo esse erro tal, que o seu conhecimento ulterior torne insuportável a vida em comum ao cônjuge enganado” (Brasil, 1916). Neste caso, o abuso da bebida, bem como o fato de que seu marido não correspondia à imagem do homem honesto, provedor da família, abriram precedentes legais para que o casamento pudesse ser desfeito sem que isso significasse uma desonra para a mulher. Um ditado ainda popular no Brasil diz que “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”. Por isso, não é surpreendente que as constantes agressões físicas, morais e psicológicas relatadas por Nina não fossem suficientes para justificar um casamento desfeito. Neste caso, trazer elementos que sirvam como “prova” de que o homem não era honrado, contribuem para enquadrar uma memória mais aceitável sobre o fim do matrimônio.

A partir de entrevistas com mulheres que vivenciaram experiências semelhantes às de Nina, além de moradores locais e profissionais de organizações que se relacionavam ao tema no município de Santa do Livramento (RS), Costa e Marin (2018) atentam para algumas questões sobre a violência contra mulheres rurais. O alcoolismo por parte dos cônjuges e a mentalidade de que as mulheres precisam manter o casamento, associados a fatores como o difícil acesso ao atendimento especializado para a violência doméstica, foram alguns pontos constatados. Aspectos equivalentes foram levantados nos estudos de María Ángeles Martínez García (2011) a respeito da violência de gênero no meio rural espanhol, em Asturias. A autora concluiu que elementos como difícil acesso, escassa população, dispersão territorial, maior índice de masculinização e envelhecimento favoreciam tanto a produção quanto a reprodução da violência contra as mulheres.

Segundo Heleieth Saffioti (2019), em uma perspectiva marxista, no caso específico da violência contra a mulher, o agressor a considera um mero objeto de suas ações. Uma mesma mulher, esclarece a autora, adota condutas distintas perante um mesmo apelo social, de modo que, conforme as particularidades da situação, pode representar um comportamento de acomodação ou de resistência. Saffioti defende que não há um polo passivo e outro ativo, mas ambos em uma “correlação de formas em permanente luta pela hegemonia” (Saffioti, 2019, p. 156). Esta análise pode ser

interessante para compreender que, apesar das muitas tentativas de enquadramento de mulheres como Nina, ela (com o apoio dos filhos) buscou uma saída possível para as situações de violência que eram recorrentes em seu casamento. Todavia, reiteramos que sendo o patriarcado uma estrutura altamente enraizada nas sociedades latino-americanas e, especialmente em contextos rurais, as condições dessa “luta” costumam ser muito desiguais.

No caso de Nina, as relações patriarcais foram determinantes para que ela se casasse ainda jovem. Apesar do seu pai ser lembrado carinhosamente, ela conta que foi ele quem decidiu sobre o casamento, quando ela tinha 17 anos.

Mas aí o meu pai que quis. Sim, meu pai que quis. Esse aí também, quando era naquele tempo que eu ia lá na Velha, né, pra benzer a cabeça, eu dizia que ia casar com ele [atual marido], aí ele [pai da entrevistada] dizia 'Ai, não é pra casar com ele, menina, porque eu não vou deixar...' [...] Ele fez eu casar com aquele homem, aquele homem não prestou e quando foi agora ele morreu [ex-marido], a velha dele [atual marido] morreu, eu também fiquei viúva, seguimos a vida. (Vanina da Rosa Neves, 2018).

Nina dá a entender que, em sua juventude, tinha interesse em casar com outro rapaz, que veio a ser seu segundo marido, mas por imposição do pai, acabou casando com um homem que “não prestou”. Pelo seu relato, calcula-se que ficou nesta relação por cerca de três décadas. A idade dos casamentos tende a ser precoce entre a população rural. Venegas, Reverte e Venegas (2019) apresentam dados do *Save the children*, apontando que a cada 15 segundos uma menina com idade inferior a 15 anos é obrigada a se casar e cerca de 45.000 meninas com menos de 18 anos se casam por dia no mundo. No Brasil, a Lei nº 13.811, sancionada apenas em 2019, passou a proibir o casamento de menores de 16 anos em qualquer circunstância. Essa medida foi tomada porque o país, atualmente, é o quarto em números absolutos com maior incidência de casamentos infantis, com um percentual de 36% da população feminina contraindo matrimônio antes dos 18 anos de idade (Proibição..., 2019). Tais dados, quando articulados à evasão escolar, à gravidez na adolescência e a uma maior inserção no mercado de trabalho, podem explicar a razão pela qual a população feminina brasileira tende a ser a mais pobre.

Nina casou-se pela primeira vez em fins dos anos 1960, ficando nesta relação até meados da década de 1990. No período em questão, a lei brasileira reconhecia o marido como chefe da unidade familiar. O Estatuto da Mulher Casada, aprovado em 1962, afirmava que o marido era o chefe da sociedade conjugal. O divórcio só passou a ser permitido por lei a partir de 1977 e pesava sobre as mulheres ditas “desquitadas” um forte estigma social. Ademais, a violência contra mulheres era naturalizada, justificada pela tese de legítima defesa da honra. Um caso emblemático a esse respeito foi o feminicídio cometido contra Ângela Diniz, em 1976. Na época, boa parte da sociedade

apoiou a tese de “legítima defesa da honra” e o assassino foi condenado a apenas dois anos de prisão. Considerando a suspensão condicional da pena, saiu livre do Tribunal.

Ao longo dos anos 1970 e 1980, os movimentos feministas brasileiros passaram a questionar a posição subalterna das mulheres. Uma das pautas fundamentais foi o combate à violência contra as mulheres, tendo como resultado, ainda no final dos anos 1980, a fundação das primeiras delegacias especializadas no atendimento às mulheres vítimas. Todavia, esses equipamentos sociais se concentravam nas grandes capitais, estando longe das áreas rurais onde, ainda hoje, há uma carência de políticas que possam acolher mulheres.

Nos anos mais recentes, os movimentos de mulheres rurais têm denunciado as violências que acometem a população feminina no campo. Isso motivou a elaboração de políticas públicas com o propósito de enfrentar tal demanda, sobretudo, no que tange à elaboração de programas que fomentem o fortalecimento da autonomia feminina por meio do acesso a terras, como o Banco da Terra, o crédito rural por meio de políticas públicas como o Brasil sem Miséria e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, (Pronaf Mulher), e aposentadorias. Igualmente fundamental para o impedimento da perpetuação da violência de gênero, a tipificação criminal do feminicídio ocorreu durante o governo de Dilma Rousseff, quando foi aprovada a Lei nº 13.104, de 2015, que definiu o crime como homicídio de mulheres por razões de violência doméstica e familiar ou em decorrência do menosprezo ou discriminação à condição de mulher (Brasil, 2015).<sup>2</sup> Todos esses movimentos vêm contribuindo para que a violência de gênero deixe de ser um tema silenciado nas comunidades rurais. Esse contexto, em parte, pode ter colaborado para que Nina quisesse dar um testemunho sobre as marcas que ficaram em sua memória.

Além das agressões físicas, a violência psicológica também é relatada por Nina, quando recorda que era comum o ex-companheiro esconder-se em meio à vegetação para ouvir sua conversa com a vizinha, enquanto ambas trabalhavam na lavoura. À noite, a violência psicológica se expressava em forma de escárnio, principalmente, quando o assunto das mulheres era sobre suas vidas conjugais e sexuais. Falar sobre sexo, ou sobre quaisquer outros elementos da vida íntima, ainda se apresenta como tabu para muitas das mulheres rurais, mais precisamente para o grupo de mulheres entrevistadas, tendo em vista que somente Nina adentrou em temas próximos a estes.

Nina conta que obteve o apoio dos filhos e filhas para sair do casamento, porque as ameaças de morte foram se intensificando com os anos: “Eles acharam que não dava [para seguir o casamento]. Ele avançava neu [em mim] e dizia que ia me matar [...]. Por causa da mesma coisa. Ele [disse] que *tinha uma [coisa] que atentava ele*” (Vanina da Rosa Neves, 2019, grifos nossos). Após a separação, o ex-marido passou a viver com

---

<sup>2</sup> Outra conquista legal importante foi a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

outra mulher e pouco tempo depois foi diagnosticado com tuberculose, vindo a falecer. Não havendo o processo de divórcio legal, Nina conseguiu se aposentar como viúva. Para Nina, a tuberculose, associada à bebida, é uma explicação para o comportamento agressivo do ex-marido. Anos mais tarde é nítido como essas memórias traumáticas acabam despertando sentimentos dolorosos, expressos no olhar cabisbaixo, na perda de vivacidade na voz e gestos corporais mais introspectivos.

Para Portelli (1997b) a primeira questão diferencial da história oral estaria no fato de os significados serem mais importantes que os eventos propriamente ditos. As fontes orais nos contam não somente o que os indivíduos fizeram, mas também o que queriam fazer, o que acreditavam de fato estarem fazendo e o que agora pensam que fizeram. Daphne Patai (2010), por sua vez, observa que do mesmo modo em que devemos atentar para o papel do pesquisador no processo de entrevista, é preciso creditar a autonomia de quem narra na construção de sua história. Mesmo havendo perguntas que visam direcionar o relato, ao revisitar o passado um leque de opções se abre para a narrativa, podendo a/o entrevistada/o escolher e elaborar seu discurso dentre inúmeras temáticas (Patai, 2010, p. 31).

Para tanto, a violência de gênero exposta por Nina permite pensarmos a respeito de memórias traumáticas. Os estudos sobre as memórias traumáticas ou os modos dos sujeitos narrarem seu passado estão comumente relacionados a memórias de guerra ou questões políticas, porém, defendemos que pode ser empregada para pensar narrativas de outras situações cotidianas. No caso de Nina, a entrevista não só permitiu que essas memórias traumáticas viessem à tona como a possibilitou revisitar e ressignificar esse passado de violência que viveu ao lado do ex-marido. Ouvir Nina é estar diante de uma sobrevivente.

### **“Eu tinha que arrumar um companheiro”: o peso do patriarcado sobre a vida das mulheres em contextos rurais**

Após a separação, Nina passou a viver no pequeno núcleo urbano de Lagoão e possuir uma maior autonomia. No entanto, a entrevistada recorda que as pessoas especulavam sobre sua renda: “[...] Lá eles diziam que eu não tinha o dinheiro, não sabiam que homem é que estava me dando dinheiro [...]. Tinha porque eu fazia um cestão daquele de quebrar milho, eu fazia por quatro reais” (Vanina da Rosa Neves, 2018). Em outros momentos da narrativa, Nina expôs que além do trabalho na lavoura desenvolvia outras atividades (cestaria, carpintaria, venda de produtos como ovos e hortaliças, etc.), porém, isso não era indicativo para seus ganhos, tendo em vista, nesse contexto social, que o fato de ser uma mulher “sem marido” a tornava suscetível a dúvidas sobre a origem da sua renda.

Ademais, sobre a decisão de um novo casamento, diz que as pessoas – mas acaba citando somente homens que tinham certo prestígio na cidade, tal como o farmacêutico, o comerciante e um tio – foram responsáveis por induzi-la a aceitar as investidas do segundo marido. De acordo com a entrevistada:

Mais de tanto [me] atossicarem e fazer fogo. E o compadre Avelino também, vinha lá do Pinhalzinho também, era meu tio, dizia que eu era nova ainda e não podia ficar assim. Decerto ficaram com medo que eu fosse namorar assim, né, meio que muito, que começaram a atossicar que eu tinha que arrumar um companheiro e tudo... (Vanina da Rosa Neves, 2018).

Quando perguntada se mesmo vivendo na cidade não poderia ficar sozinha, responde, em meio a uma gargalhada: ‘Pois é o que eles disseram, né, que eu não podia ficar’ (Vanina da Rosa Neves, 2018). Mesmo trabalhando e mantendo o sustento dos filhos, houve uma pressão para que Nina arranjasse um novo companheiro, para não ficar sozinha e assim não estar vulnerável aos comentários alheios. Porém, as relações de gênero não operam sozinhas, Nina utiliza-se desses marcadores definidores do gênero feminino em sua narrativa:

E eu trabalhava lá solita lá na roça, *eu tinha minha consciência*. Eu trabalhava sozinha junto com o seu Doia, com o seu Chico ali, com aquela gurizada. O seu Doia com o filho dele, tudo fazendo cerca na beira da roça, na beira da estrada e eu ia pro meu serviço com a foice nas costas, dizia adeus, bom dia, boa tarde, cruzava [por eles]. Eles não mexiam comigo e eu também não dizia nada, só dizia o adeus. O adeus não se pode negar. Aí eu cruzava, dizia adeus e seguia na minha viagem. (Vanina da Rosa Neves, 2018, grifos nossos).

Tendo em vista que Nina tem uma trajetória de luta e dificuldades, experienciando as múltiplas privações impostas no contexto em que vive, ao dizer “eu tinha minha consciência” reforça que, como mulher, deveria ter consciência da importância de preservar sua honra. Para Bourdieu, a socialização tende a impor limites referentes ao corpo, proporcionando que a jovem ao longo da vida interiorize os princípios fundamentais da constituição do feminino. Assim, a boa conduta, inseparavelmente corporal e moral, vai possibilitar que esta aprenda tanto a se vestir, como a se portar nos diferentes estágios da vida: menina, virgem núbil; esposa, mãe de família (Bourdieu, 2009, p.37). A partir disso, podemos dizer que, ao ser uma mulher sem marido em um ambiente conservador como é o meio rural, manter a conduta socialmente esperada era fundamental para Nina ser respeitada.

Embora existisse uma pressão social para que Nina encontrasse um novo marido, o fato de ter obtido, com o apoio dos filhos, a separação do primeiro aponta mudanças no quadro social de Lagoão. Mesmo sendo um contexto patriarcal, a violência

doméstica não foi tolerada ao ser legitimada a necessidade da separação e, para isso, aspectos definidores de gênero (de mulher trabalhadora e honrada) foram acionados.

## Conclusão: Nina, uma mulher em busca de sua autonomia

Pouco tempo depois da primeira entrevista, a vida de Nina sofreu uma reviravolta profunda. Com o falecimento do segundo esposo, as questões de herança, dívidas e a solidão fizeram com que a entrevistada deixasse a vida na cidade de Lagoão e voltasse a morar na zona rural com uma de suas filhas. Ao contrário de nosso último encontro, quando falava com entusiasmo, dessa vez tinha uma tristeza em sua voz, falando mansamente e com certo distanciamento.

O abalo dos acontecimentos dos últimos meses foi evidente. Para além do evento da viuvez, que certamente a entristeceu, Nina lamentou haver perdido a independência enfatizada no encontro anterior, não só porque agora morava “de favor” na casa da filha, mas pelas limitações da vida interiorana: ali não havia sinal de celular, o transporte para a cidade era limitado e, conseqüentemente, o acesso ao atendimento básico de saúde. A distância dos moradores vizinhos para realizar visita também limitou a sociabilidade da nossa protagonista. Tanto nessa entrevista como na anterior, Nina recordava que na cidade era conhecida por todos e mantinha boas amizades, enquanto na zona rural as pessoas tendiam a ficar mais reclusas desenvolvendo suas atividades.

O luto pela morte do marido, que ao longo das duas entrevistas foi apresentado como um companheiro para o trabalho, para dançar nos bailes e, sobretudo, no cuidado de um ao outro, bem como as mudanças provocadas por esse acontecimento, certamente repercutiram no modo como as memórias foram evocadas por Nina. Para além de um relato perpassado de saudade e de sentimentos que na primeira entrevista não haviam sido explorados, esse retorno para o rural provavelmente tornou mais vívidas as memórias do primeiro casamento.

[...] Eu já tenho troteado. Eu estava dizendo: 'Bá! Eu até aguento tudo isso e até estou vivendo'. Porque se fosse outra pessoa até nem vivia mais, né? Porque desse tipo. O trabalho que eu passei, jogando para lá e pra cá, essa coisarada. Bá! Joga lá e joga cá. Porque o que ele [o ex-marido] fazia, que ele botava as coisas em cima das camas e judiava. E eu fui atravessando tudo aquilo e agora atravessei tudo de novo. E é desse jeito. (Vanina da Rosa Neves, 2019).

Ao avaliar a sua trajetória de vida, Nina estabelece uma relação entre as situações de violência enfrentadas no primeiro casamento com o sofrimento recente. Em seu relato ela observa esses episódios reconhecendo a si mesma como alguém capaz de suportar esse passado de violência e conseguir seguir em frente, do mesmo modo que,

agora, precisará enfrentar as novas dificuldades.

Ao longo deste artigo, buscamos evidenciar as narrativas de Nina sobre um passado traumático, marcado pela violência de gênero presente em seu primeiro casamento. Seus relatos dão detalhes de acontecimentos transcorridos em três décadas de agressões físicas, morais e psicológicas. Nina associa essas agressões a uma espécie de fraqueza de caráter do marido, vinculado ao alcoolismo, doenças e pouca colaboração para o trabalho. Esse enquadramento torna possível, talvez, explicar a violência e o fim do casamento, aos olhos de Nina e da comunidade na qual ela se insere. Ao mesmo tempo em que o testemunho apresenta as situações de grande risco a que esteve submetida, evidencia as diferentes formas de resistência adotadas por Nina, que não se coloca como uma mulher passiva diante do marido agressor.

Um dos relatos que mais impressiona diz respeito à sua primeira tentativa de romper o casamento, quando ocorreu, então, uma interferência da comunidade (parentes e vizinhos) para que ela retornasse ao marido. Situações como essas salientam as dificuldades que muitas mulheres encontram para sair de relações abusivas. Dificuldades que se acentuam na época em que Nina viveu seu primeiro casamento devido à ausência de legislações e do Estado, ainda mais notáveis em contextos rurais – onde a estrutura patriarcal é muito enraizada. Em municípios como Lagoão, permanecem, até os dias atuais, lacunas em termos de redes de acolhimento.

A jornada de Nina, saindo da casa aos 17 anos para casar-se com um homem escolhido pelo pai, sofrendo situações de violência ao longo de três décadas de casamento e sendo, já mais velha, convencida a contrair novo matrimônio para evitar especulações sobre sua conduta moral, dão a dimensão da força do patriarcado na comunidade. Todavia, Nina não se apresenta como mulher passiva, ao contrário, rememora as várias formas que encontrou de resistir aos maus tratos, as tentativas de romper com o casamento e a busca por ser autônoma. Ou seja, mostra consciência dos seus passos, limitados, muitas vezes, pelas relações de gênero desiguais que lhe cercavam. Se por um lado, reconhece que sua vida foi marcada por pressões sociais, dá indícios de que, dentro das possibilidades existentes, procurou fazer escolhas que lhe permitissem sobreviver. A principal delas foi a ruptura do casamento, o que foi possível graças ao apoio dos filhos e filhas, que já eram crescidos quando ocorreu o desfecho.

Voltando à entrevista que originou este artigo, ou seja, o ato de contar espontaneamente sobre as situações de violência que viveu em seu casamento, nos perguntamos algumas vezes as razões de nossa narradora para que, anos depois, resolvesse falar sobre esses aspectos tão sensíveis de sua vida. É possível considerar essa ação como um ato de confiança e proximidade entre Nina e a entrevistadora. O pertencimento à mesma comunidade, assim como o fato de que se tratava de uma conversa entre duas mulheres, podem ter contribuído para que Nina se sentisse mais à vontade para “fugir” do roteiro prévio e abordasse as situações de violência de seu primeiro casamento. Igualmente, consideramos o ato de narrar as violências de gênero



como uma parte importante das várias formas de resistência que Nina foi encontrando, como um modo de elaborar e atribuir sentido ao sofrimento que lhe foi inculcido. É, também, uma ação possível em busca de autonomia, o que passa por tornar-se dona de sua própria história. Essa história singular é, ao mesmo tempo, um fio que tece uma longa história das mulheres, marcada pela violência, que vem atravessando tempos e fronteiras (Venegas; Reverte; Venegas, 2019, p. 18).

## Referências

ASSUNÇÃO, Wanessa Marinho. *Violência contra mulheres no Brasil e a invisibilidade das mulheres rurais*. Trabalho de Conclusão de Curso – UFV, Viçosa, MG, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 mar. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm). Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 3.701, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, p. 133, 5 jan. 1916. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L3071impressao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L3071impressao.htm). Acesso em: 15 jan. 2022.

COSTA, Cassiane da; MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. *Gênero e campesinato no sul do Brasil: dominação masculina e transformação*. Curitiba: Editora CRV, 2018.

COSTA, Cléria Botelho da. A escuta do outro: os dilemas da interpretação. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 31-46, 2014.

COSTA, Marta Cocco da *et al.* Mulheres rurais e situações de violência: fatores que limitam o acesso e a acessibilidade à rede de atenção à saúde. *Revista Gaúcha Enfermagem*, Porto Alegre, v. 38, n. 2, 2017.

FARGE, Arlette. *Lugares para a História*. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GARCÍA, María Ángeles Martínez. “¿Adónde puedo ir yo?...”: violencia de género en las áreas rurales de asturias. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidad de Educación a Distancia, Madrid, ES, 2011.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. História, política e testemunho: violência e trabalho na Amazônia brasileira. A narrativa oral da presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Confresa (MT), Aparecida Barbosa da Silva. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 53-86, 2011.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Atlas da violência 2020*.

Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 15 jan. 2022.

MARTINS, Aline Gomes. *A Violência conjugal em contextos de ruralidades: um estudo com mulheres rurais de comunidades do interior de Minas Gerais*. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2017.

McCLINTOCK, Anne. *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

PATAI, Daphne. *História oral, feminismo e política*. São Paulo: Letra e Voz, 2010.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003.

PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: Edusc, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-13, 1989.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, São Paulo, n. 14, p. 25-39, 1997b.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na História Oral. *Projeto História*, São Paulo, n. 15, 1997a.

PROIBIÇÃO de casamento para menor de 16 anos é sancionada pelo governo federal. *Senado Notícias*, Brasília, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/03/13/proibicao-de-casamento-para-menor-de-16-anos-e-sancionada-pelo-governo-federal>. Acessado em 23 de janeiro de 2020

ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira; CASTELO BRANCO, Naira de Assis. Romper o silenciamento: narrativas femininas sobre violência de gênero e desvitimização. In: ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira (Org.). *História oral e história das mulheres: rompendo silenciamentos*. São Paulo: Letra e Voz, 2017. p.143-162.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Segurança Pública. *Indicadores da violência contra a mulher - Lei Maria da Penha*: indicadores da violência contra a mulher geral e por município, 2020. Disponível em: <https://ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contr-a-mulher>. Acesso em: 15 jan. 2022.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Segurança Pública. *Indicadores da violência contra a mulher - Lei Maria da Penha*: indicadores da violência contra a mulher por município, 2017. Disponível em <https://ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contr-a-mulher>. Acesso em: 15 jan. 2022.

SALVATICI, Silvia. *Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres*. História Oral, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 29-42, jan./jun., 2005.

SEGATO, Rita Laura. *La guerra contra las mujeres*. Madrid: Traficante de Sueños, 2016.

VENEGAS, Lola; REVERTE, Isabel M.; VENEGAS, Margó. *La guerra más larga de la historia: 4.000 años de violencia contra las mujeres*. Madrid: Espasa, 2019.

## Fontes Orais

NEVES, Vanina da Rosa (Nina) [68 anos]. [nov. 2018]. Entrevistador: Márcia de Fátima de Moraes. Lagoão, RS, 9 nov. 2018.

NEVES, Vanina da Rosa (Nina) [69 anos]. [ago. 2019]. Entrevistador: Márcia de Fátima de Moraes. Lagoão, RS, 4 ago. 2019.

Recebido em 31/07/2021

Versão final recebida em 22/11/2021

Aprovado em 07/12/2021

**Contribuições dos autores:** Moraes: planejamento da pesquisa, revisão bibliográfica, realização de entrevistas, transcrição, análise dos dados e redação. Méndez: planejamento da pesquisa, revisão bibliográfica, análise dos dados e redação.

**Fonte de financiamento:** Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Bolsa.

**Conflitos de interesse:** nada a declarar.